



CONGRESSO NACIONAL

CPMI-PETRO

Requerimento
Nº 719/14

REQUERIMENTO Nº , DE 2014

(do Sr. Fernando Francischini)

Subsecretaria de Apoio às Comissões
Especiais e Parlamentares de Inquérito
Recebido em 02/09/14
ÀS 15:30 horas.

Mateus Daniel dos Santos
Técnico Legislativo
Mat. 207718

Requer que seja convocada a Sra. **GRAÇA FOSTER**, Presidente da Petrobras, e **Diretores** do Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes), da área de Implementação de Empreendimentos para Cabiúnas, e da Refinaria de Manaus (Reman), a fim de que prestem esclarecimentos acerca do relatório apresentado pelo Tribunal da Contas da União (TCU), que apontou "risco de favorecimento indevido" e "possibilidade de ingerência" a empresas de parentes de dirigentes da estatal que foram contratadas pela companhia petrolífera.

Requer, ainda, cópia de todo o processo de apuração conduzido pelo TCU, cujo número é TC 026.974/2011-8.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 58, § 3º, da Constituição Federal e nos termos do art. 2º da Lei nº 1.579, de 18 de março de 1952, que, ouvido o plenário, se digne a adotar as providências necessárias à convocação das autoridades abaixo relacionadas para que prestem esclarecimentos acerca de indícios de irregularidades constatados pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em contratos de R\$ 732 milhões na Petrobras, envolvendo licitações nas quais havia parentesco entre empresários contratados e funcionários da estatal. Adicionalmente, que o TCU encaminhe cópia de todo o processo de apuração, cujo número é 026.974/2011-8.





CONGRESSO NACIONAL

Os convocados por este requerimento são:

- **GRAÇA FOSTER**, Presidente da Petrobras;
- Diretor do Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes);
- Diretor da área de Implementação de Empreendimentos para Cabiúnas; e
- Diretor da Refinaria de Manaus (Reman)".

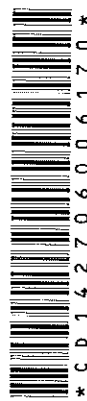
JUSTIFICAÇÃO

Os escândalos envolvendo a Petrobras não cessam. Agora, o mais recente é a prática de nepotismo em que o Tribunal de Contas da União aponta "risco de favorecimento indevido" e "possibilidade de ingerência" a empresas de parentes de dirigentes da estatal que foram contratadas pela companhia petrolífera.

Ora, segundo reportagem do Jornal "Gazeta do Povo", o TCU, por meio de auditoria (TC 026.974/2011-8), "analisou contratos firmados entre novembro de 2009 e novembro de 2011, com dez empresas, por três unidades da estatal: Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes), área de Implementação de Empreendimentos para Cabiúnas e Refinaria de Manaus (Reman)".

Verificou-se que diversos contratos apresentaram suspeitas de descumprimento do Decreto nº 7.203/2010, que proíbe órgãos e entidades da administração federal de contratarem empresas cujo administrador ou sócio seja parente até o terceiro grau de funcionários com cargo em comissão ou função de confiança no poder público.

Após o cruzamento da lista de empregados efetivos da Petrobras ocupantes de funções comissionadas com a de empresas que tinham contratos com a estatal, conforme divulgado, "o TCU encontrou 25 empresas chefiadas por pessoas com parentesco com pelo menos 19 funcionários da estatal. Foram identificados 81 contratos sob suspeita de irregularidades, num total de R\$ 712,1 milhões".





CONGRESSO NACIONAL

Relatório do TCU aponta “risco de favorecimento indevido” a empresas de parentes de dirigentes da estatal que foram contratadas pela companhia petrolífera

Publicado em 02/09/2014 | EUCLIDES LUCAS GARCIA

Em meio a um turbilhão de denúncias, a Petrobras recebeu oito determinações e duas recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) por indícios de irregularidades em contratos que somam R\$ 732 milhões. A auditoria da Corte apontou “risco de favorecimento indevido” e “possibilidade de ingerência” em licitações devido a relações de parentesco entre empresários e funcionários da estatal. “A Petrobras não possui normativos atualizados e devidamente regulamentados [para] operacionalizar o processo de proteção contra práticas nepotistas”, afirma o acórdão da decisão do tribunal.

De acordo com o documento datado de abril deste ano – ao qual a Gazeta do Povo teve acesso com exclusividade –, a auditoria analisou contratos firmados com dez empresas, entre novembro de 2009 e novembro de 2011, por três unidades da estatal: Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes), área de Implementação de Empreendimentos para Cabiúnas e Refinaria de Manaus (Reman). No levantamento, o TCU detectou indícios de descumprimento do Decreto 7.203/2010, que proíbe órgãos da administração federal de contratarem empresas cujo administrador ou sócio seja parente até o terceiro grau de funcionários com cargo em comissão ou função de confiança no poder público.

Ao cruzar a lista de empregados efetivos da Petrobras ocupantes de funções comissionadas com a de empresas que tinham contratos com a estatal, o tribunal encontrou 25 firmas chefiadas por pessoas com parentesco com pelo menos 19 servidores. Nesses casos – sigilosos e que não mencionam o nome dos envolvidos –, foram identificados 81 contratos sob suspeita de irregularidades, num total de R\$ 712,1 milhões. “Há indícios materialmente relevantes de infração”, ressalta o acórdão.

A auditoria revelou ainda que 20 servidores da estatal tinham participação societária acima de 10% ou atuavam como diretores de empresas contratadas pela companhia. Essas situações envolveram R\$ 19,9 milhões, em 31 contratos com “risco de favorecimento indevido”.

Outra irregularidade apontou para a contratação de funcionários terceirizados exercendo função de fiscalização ou consultoria em relação aos serviços de empresas nas quais já haviam trabalhado. Em outros





CONGRESSO NACIONAL

casos, a fiscalização de serviços de engenharia era realizada por trabalhadores sem registro profissional.

Falta de controle

Segundo o TCU, esses problemas ocorrem porque os regulamentos internos e o Código de Ética da Petrobras não estão regulamentados de forma a explicitar, por exemplo, os responsáveis por verificar as proibições de nepotismo e os procedimentos de prevenção e controle que devem ser adotados. "O sistema de controle interno da companhia está vulnerável a novas ocorrências", afirma o texto do acórdão.

Ao final do documento, o TCU destaca a importância do levantamento ao se constatar que a Petrobras tem hoje mais de 240 mil empregados de empresas prestadoras de serviço e outros 60 mil funcionários efetivos. Por isso, a contar do dia 10 de abril, os ministros deram prazo de 60 dias à estatal para atualizar suas normas internas relativas ao nepotismo; de 90 dias para regulamentá-las; e de 120 dias para apresentar à Corte um plano de implementação de um sistema de controle capaz de gerenciar informações e criar ferramentas automáticas de bloqueio e alerta aos gestores para casos irregulares.

Por fim, determinaram a substituição dos fiscais terceirizados por empregados próprios em 90 dias e a adoção de medidas corretivas em relação às irregularidades apontadas em até 120 dias.

Deputado quer que TCU revele nomes

Integrante da CPI Mista da Petrobras no Congresso Nacional, o deputado paranaense Fernando Francischini (SD) disse que vai propor hoje na comissão a convocação da presidente da estatal, Graça Foster, e dos diretores do Centro de Pesquisa da companhia (Cenpes) – uma das unidades envolvidas nas irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU). O parlamentar afirmou ainda que vai solicitar a cópia integral do processo à Corte. "Não há motivos para manter em sigilo o nome de funcionários da Petrobras que desviaram recursos públicos por meio de processos licitatórios. A população brasileira tem que saber quem são os diretores que ganharam essas licitações", disse.

Desvios



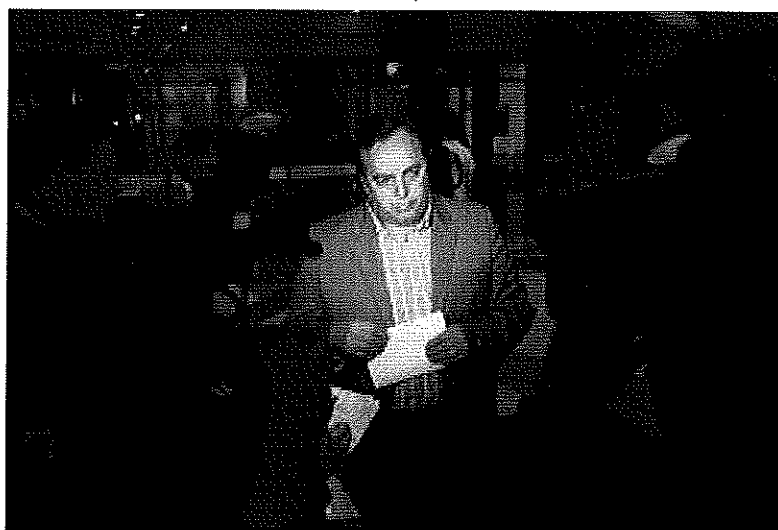


CONGRESSO NACIONAL

Segundo Francischini, uma das filhas do ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa – preso na sede da Polícia Federal (PF) em Curitiba a partir das investigações da Operação Lava Jato – teria vencido uma licitação milionária do Cenpes para fornecer móveis à unidade da estatal. Empresas de familiares de Costa foram alvo da mais recente etapa de investigação da Lava Jato, há algumas semanas.

“Esse relatório mostra que o desvio de dinheiro não estava concentrado no Paulo Roberto Costa. A corrupção na Petrobras é organizada e o Cenpes virou uma boquinha de alguns diretores da estatal. Bastava indicar a empresa para ganhar licitação pública”, afirmou. “Ninguém aguenta mais o dinheiro ser escoado para o ralo da corrupção. Estou tentando aprovar na Câmara um projeto que torna a corrupção um crime hediondo – como homicídio, estupro. Quem sabe, assim, diminuem os casos de corrupção no Brasil.”

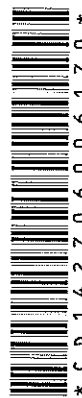
Ivonaldo Alexandre/Gazeta do Povo



Fernando Francischini (SD-PR), Deputado Federal que integra a CPI Mista da Petrobras

Veja como o Tribunal de Contas da União (TCU) detectou indícios de irregularidades em contratos de R\$ 732 milhões na Petrobras, que envolveram licitações nas quais havia parentesco entre empresários e funcionários da estatal.

Auditoria





CONGRESSO NACIONAL

O TCU analisou contratos firmados entre novembro de 2009 e novembro de 2011, com dez empresas, por três unidades da estatal: Centro de Pesquisa da Petrobras (Cenpes), área de Implementação de Empreendimentos para Cabiúnas e Refinaria de Manaus (Reman).

Legislação

Alguns dos contratos tinham indícios de descumprimento do Decreto 7.203/2010, que proíbe órgãos da administração federal de contratarem empresas cujo administrador ou sócio seja parente até o terceiro grau de funcionários com cargo em comissão ou função de confiança no poder público.

Cruzamento

Foi cruzada a lista de empregados efetivos da Petrobras ocupantes de funções comissionadas com a de empresas que tinham contratos com a estatal. O TCU encontrou 25 empresas chefiadas por pessoas com parentesco com pelo menos 19 funcionários da estatal. Foram identificados 81 contratos sob suspeita de irregularidades, num total de R\$ 712,1 milhões.

Sócios

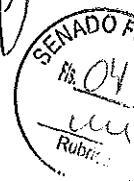
Também se detectou que 20 servidores da Petrobras tinham participação societária acima de 10% ou atuavam como diretores de empresas contratadas pela estatal. Essas situações envolveram R\$ 19,9 milhões, em 31 contratos.

Mais irregularidades

O TCU ainda encontrou contratações de funcionários terceirizados exercendo função de fiscalização ou consultoria em relação aos serviços de empresas nas quais já haviam trabalhado. Identificou também que a fiscalização de serviços de engenharia era realizada por trabalhadores sem registro no Conselho de Arquitetura e Urbanismo.

Determinações

A contar da data do acórdão do TCU – 10 de abril –, os ministros deram prazo de 60 dias à estatal para atualizar suas normas internas relativas ao nepotismo; de 120 dias para apresentar um plano de implementação de um sistema de controle capaz de gerenciar informações e criar ferramentas automáticas de bloqueio e alerta aos gestores para casos





CONGRESSO NACIONAL

irregulares; e de 120 dias para adotar medidas corretivas em relação às irregularidades apontadas.

Com efeito, é de suma importância a presença da Sra. Graça Foster e dos Diretores envolvidos para que prestem os esclarecimentos a respeito dos indícios de favorecimento e nepotismo em contratos celebrados pela Petrobras, bem como que o TCU encaminhe cópia de todo o processo de apuração, cujo número é 026.974/2011-8.

Dessa forma, conto com o apoio dos pares para aprovarmos este Requerimento.

Sala da Comissão, em _____ de _____ de 2014

Dep. **FERNANDO FRANCISCHINI**

Solidariedade/PR

